

ATA - 3ª REUNIÃO GT-CRISE HÍDRICA DO CBH

Data: 23 de setembro de 2021, às 14h00

Local: Videoconferência

5 **Pauta Reunião:**

1. Planos de contingência das concessionárias
 2. Apresentação do processo de fiscalização do DAEE em conjunto com o CBH sobre os usos da água na bacia do Rio Sorocaba;
 3. Acompanhamento da VE sobre chuvas e vazão afluente
 - 10 4. Apresentação da CETESB sobre a qualidade do Rio Sorocaba e sobre o Q7,10 de projeto das ETEs
 5. Sugestões do conselho gestor da APA Itupararanga
 6. Informes
- 15 No dia 30 de setembro de 2021, iniciou-se a 3ª Reunião do Grupo de Trabalho Crise Hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica pelo sistema de Videoconferência. **01- Abertura.** O coordenador do GT, André Cordeiro agradeceu a presença de todos e pede inversão de pauta, deixando os planos de contingência das concessionárias por último por ser uma discussão mais demorada. Passa então para o **Item 2.** O Secretário Executivo, Jodhi Allonso, que é representante do
- 20 DAEE, faz apresentação sobre os trabalhos de fiscalização das captações de água e outorga, por meio de projeto em parceria com o Comitê através de financiamento com recursos do FEHIDRO, indicado pela deliberação CBH-SMT nº 394, de julho de 2019, através do contrato nº 72 de 2020. André Cordeiro parabeniza e agradece pelo trabalho do DAEE, que é difícil e acredita que seja necessário contratar mais pessoas para fiscalização do DAEE e CETESB;
- 25 questiona se as fiscalizações são todas de captação superficial. O Secretário Executivo esclarece que na represa todos os usos identificados foram captações superficiais situadas na margem da represa, mas ao longo de outras cidades houve poços artesianos, barragens, entre outros usos e interferências. O Sr. Roberto Polga, representante do Conirpi, parabeniza o trabalho, destaca que são os piores anos, devido à redução drástica do volume de chuvas
- 30 previstas para a região, apela para que repensem sobre a forma com que as outorgas são concedidas, por conta das mudanças climáticas que vêm ocorrendo, sugere criação de mecanismos de compensação, redução de perdas e repensar todo o modelo de gestão da água. A Sra. Ideia Maria de Souza, representante do Instituto Plena Cidadania, parabeniza os



trabalhos, pergunta se as outorgas da Suzano Celulose estão vigentes, se estão localizadas no mapa apresentado e o que seria um ponto vermelho no mapa. O Secretário Executivo esclarece que no momento o foco são os usuários no espelho d'água da barragem, posteriormente focarão nos afluentes que desembocam na represa, fiscalizando os agricultores à montante da concessionária SANEQUA que interferem diretamente na vazão mínima; que o ponto vermelho no mapa trata-se de um indicador de resort gerado pelo Google e que todas as outorgas da Suzano estão vigentes. O Sr. Alexandre Rodrigues, representante da IPESA, informa que existe um banco de dados sobre os usuários da água na zona de conservação da biodiversidade, consumidores de poço caipira e coloca à disposição do Comitê. O Secretário Executivo pede o envio dessas informações, assim como outras concessionárias já enviaram relação de locais com potencial de uso alternativo de água, visando auxiliar no programa de fiscalização; garante que o DAEE vai atuar nos 34 municípios. André Cordeiro conta que já existe cronograma de atividades e pede apoio das Prefeituras e Guardas Municipais para fiscalização; pede que seja feita apresentação do andamento do trabalho para CT-PLAGHRI a cada 3 meses; questiona se todos os condomínios têm outorga que captação. O Secretário Executivo confirma. O representante do SAAE Sorocaba, Sr. Rodolfo da Silva Oliveira Barboza, questiona sobre as captações à montante, nos afluentes. O Secretário Executivo esclarece que será o próximo passo na continuidade do programa de fiscalização. O representante do SAAE Sorocaba questiona sobre o volume que essas captações nos afluentes representam; o Secretário Executivo menciona que não há estimativa da representatividade porque há muitos usuários irregulares, devido à atividade agrícola intensa e a imensa área da bacia hidrográfica da represa. O representante do SAAE Sorocaba, Sr. Reginaldo Schiav, questiona se o envio das análises será feito no dia posterior ao que ficou acordado no comunicado, sendo que os resultados da sexta-feira poderão ser entregues na segunda-feira. André Cordeiro acredita que sim, mas pede agilidade no envio. A Sra. Natália Zanetti, representante da FABH-SMT pede que respeitem o horário de envio, até às 15h00 para atualização do arquivo online. André Cordeiro passa para o **item 3**. O representante da Votorantim Energia, Sr. Jorge O. B. López, apresenta o material. André Cordeiro questiona a porcentagem da afluência atualmente, o representante da Votorantim Energia esclarece que 34,2%. André Cordeiro pergunta então quando o nível chega em 817,50m. O representante da Votorantim acredita que próximo ao dia 15 de outubro. André Cordeiro enfatiza que esse limite foi adotado porque abaixo de 813,50m é volume morto, e a retirada de água nesse nível destrói o ecossistema, por isso a preocupação para que não aconteça igual ao Sistema Cantareira, que até hoje não se recuperou. A representante da ONG SOS Itupararanga, Sra. Viviane Rodrigues de Oliveira questiona a cota do volume morto, havia entendido ser 808m e não 813m. O Sr. Jorge López esclarece que do

ponto de vista técnico-operacional realmente o volume morto deveria começar em 807,61, mas em termos de projeto foi adotado o nível de 813,5 metros, por isso esse é o valor trazido nas reuniões, devem ponderar se é realmente possível defluir até a cota de 807,62. O Sr. Rodolfo da Silva Oliveira Barbosa questiona se em algum momento a operação da Usina ficou abaixo de 817,50m. O Sr. Jorge López coloca que desde quando a Votorantim assumiu a concessão, em 1976, houve alguns momentos, em 1986 e 2003. A representante da Águas de Votorantim, Sra. Lorraine Bernardes Borges indagou se existe análise de sedimentos do fundo da represa de Itupararanga; se existe interesse em fazer essa coleta à montante e se a Votorantim Energia poderia solicitar autorização para fazer esse trabalho. O Sr. Jorge López relata que não há histórico ou estudo de sedimentação no fundo da represa, mas alguns estudos estão em andamento, ainda sem resultados a serem apresentados. O Sr. Flávio Guilherme dos Santos, representante ABIAPE, reitera que não existe o estudo de sedimento e esclarece que para fazer a coleta é necessário informar a data de interesse para que façam a liberação do acesso ao reservatório e o suporte necessário. André Cordeiro coloca que a UFSCAR possui alguns trabalhos antigos sobre a comunidade bentônica, a qual habita o fundo do reservatório, com alguns dados de matéria orgânica, concentração de nitrogênio e fósforo; um projeto um pouco mais recente do Jardim Botânico de São Paulo, chamado QUALISEDS, foi feito em Itupararanga, barragem de Santa Helena, e no lago de Ipanema. O Sr. Gomes, representante da APA, expressa sua preocupação com a falta de chuvas, o atingimento da cota mínima e acredita que sejam necessárias alternativas extras nos próximos 15 dias. André Cordeiro menciona que tudo indica que o volume não baixe muito mais do que 817,5, mas esse valor será atingido antes que se recupere novamente; que as opções são a Votorantim Energia baixar a saída de água de 4,5 para 4 m³/s, como originalmente se havia pensado. O Sr. Adriano José Branco, representante da SABESP, esclarece que a única captação da SABESP é Alumínio, que em termos de volume é pouco representativa, foram feitas diversas obras para captar a cota de hoje, seria muito importante a manutenção do volume em 817,50m para a população de Alumínio. André Cordeiro destaca que é uma questão que precisa ser discutida, porque segundo os dados da Votorantim, estão na iminência de ultrapassar os 817,50m, cada vez mais a situação se complica e não há previsão de chuvas; questiona sobre a captação dos condomínios. O Secretário Executivo esclarece que os dois condomínios possuem sistemas independentes e estão tendo as mesmas dificuldades que a SABESP. A Sra. Eleusa pergunta se as captações dos rios Sorocamirim e Sorocabuçu também estão com problemas devido ao volume de água. O Sr. Adriano José Branco coloca que não estão com problemas, o volume para os mananciais ainda é suficiente. A representante da SOS Itupararanga propõe encaminhamento, coloca que é importante entender o que as empresas de abastecimento

estão fazendo para reduzir o consumo, por isso pede para que a decisão sobre a redução da vazão seja deixada para o final. A representante da Águas de Votorantim questiona à Votorantim Energia sobre redução de vazões em alguns episódios. O Sr. Jorge López esclarece que a vazão é calculada a cada 24 horas em função da variação do nível e então feito o

5 balanço hídrico, permitindo saber qual quantidade de chuva se transformou em vazão afluente naquelas 24 horas. André Cordeiro coloca que o ideal seria um ponto de monitoramento logo na entrada do reservatório para uma medida direta da afluência, mas é necessário que haja segurança. A representante do Instituto Plena Cidadania, Sra. Ildeia Maria de Souza, destaca a presença de resorts e vários condomínios em Itupararanga, as plantações de eucaliptos,

10 despejo de resíduos tóxicos, ocupações clandestinas. O Sr. Claudio Robles acrescenta que em 2010 dizia-se que Sorocaba teria água garantida até 2020, mas até então nada foi feito para aumentar o volume de captação, que vem caindo gradativamente a cada ano, sem que consigam repor as águas no mesmo nível do ano anterior. O Sr. Reginaldo Schiav externa três questões; primeiro, a preocupação com a consequência da diminuição da vazão para a

15 captação da ETA Vitória-Régia; segundo, que há mais de quinze dias se capta menos na represa de Itupararanga do que se tem outorga por iniciativa própria do SAAE de Sorocaba; terceiro, que o SAAE trata mais de 97% do esgoto, o que possibilitou a operação da ETA Vitória Régia e despoluição do rio. O Sr. Gomes questiona ao representante da Votorantim Energia qual a expectativa para recuperar Itupararanga até 50% e se existe condição técnica para

20 reduzir a defluência desses 2000 L/s que saem de Itupararanga apesar do SAAE ter anunciado que reduziu uma pequena parcela desse total. O representante da Votorantim Energia esclarece que há acompanhamento do quanto está sendo medido na estação abaixo da usina e se esse valor começa a subir, significa que o SAAE reduziu a captação, e se começa a descer, voltou a captar em algum momento; e diz não se recordar de apresentar a previsão de

25 atingimento do volume de 50% porque a variável principal é a quantidade de chuva, o que não tem boa assertividade a médio prazo, mas que o nível do reservatório que equivale a esse volume é de 821,50m e que seria necessária defluência de 2,35 m³/s para atingir em março do próximo ano, sendo necessário novos estudos para a vazão de 3,5 m³/s, apesar de uma boa assertividade também depender de uma premissa da quantidade de chuva. André Cordeiro

30 destaca que com as condições atuais, não seria atingido esse volume nem no próximo ano. O representante da Votorantim concorda, as previsões para agosto do próximo ano são de não atingimento de 50% do reservatório. O representante do SAAE de Sorocaba afirma que a redução da captação reflete imediatamente no volume de água que sai de Itupararanga, esse é o objetivo. O Sr. Nilzo Renê Fumes questiona qual a última vez em que a vazão natural superou

35 70%, o representante da Votorantim Energia prometeu verificar. Sra. Viviane Rodrigues de



Oliveira questiona se os 50 L/s reduzidos na captação do SAAE ficam no reservatório, o Sr. Jorge López diz que fica no reservatório e sempre que se faz o ajuste na geração é buscado esse equilíbrio e destaca que o formato do reservatório é cônico, então quanto mais baixa a régua, maior a velocidade, porque há menos volume de água do que no nível anterior. André

5 Cordeiro sugere que mantenham reunião na próxima semana para acompanhamento da situação e manter uma decisão para hoje; coloca que baixar de 5 m³/s na vazão defluente do reservatório pode ser prejudicial para a captação da Vitória-Régia e se não baixar no momento, existe a possibilidade de não manutenção dos 817,50m, dependendo da chuva; pondera que decisões mais fáceis deveriam ter sido tomadas antes, que apenas agora foi feita a primeira

10 reunião com os prefeitos para discutir sobre a crise hídrica, que os municípios não têm seu crescimento restrito, influenciando na demanda e disponibilidade de água, uma hora a quantidade disponível não será suficiente; sugere que os prefeitos solicitem ao Governo do Estado intervenção para liberação de água do Sistema São Lourenço de forma a recompor um pouco da água do reservatório, porém seria uma disputa pela água que vai para a Região

15 Metropolitana de São Paulo, sendo que apenas um sexto disso para Itupararanga já seria o suficiente; espera que essa discussão seja feita pelos prefeitos. O Sr. Cláudio Robles sugere deliberarem emitir ofício endereçado aos prefeitos para que ajam politicamente a fim de tomar providências por essa água adicional. O Sr. Rodolfo da Silva Oliveira Barboza expõe que a reunião com os prefeitos foi de extrema importância, pois todos tiveram a oportunidade de

20 expor a situação de cada município; que foi acordado que as decisões tomadas em relação ao abastecimento vão ser feitas em conjunto e todos deliberaram pela emissão de um alerta do abastecimento; que vão se basear no Comitê de Bacias para as decisões; coloca que no momento não há possibilidade de ampliação da captação do Vitória-Régia pela quantidade e qualidade da água, e que estão trabalhando no limite. O Sr. Reginaldo Schiav observa que

25 também é preciso levar em consideração a temperatura alta da primavera, pelo consumo e também evaporação do sistema. A Sra. Lucélia Matilde Ferrari se coloca a favor da sugestão de o Comitê de Bacias emitir ofício para os prefeitos, porque é o Comitê que discute há anos o assunto, então deve ser envolvido. André Cordeiro questiona em que implica em termos práticos o estado de alerta que foi emitido na reunião. O representante SAAE de Sorocaba

30 esclarece que a decisão veio após o Prefeito de Salto mencionar que o alerta à população da probabilidade de restrição de água reduziu o consumo cerca de 15 ou 20% e foi sugerido criação de agenda de monitoramento das condições da represa junto aos demais entes. A representante da Águas de Votorantim pergunta se as companhias ainda vão apresentar os planos de contingência, coloca que não ficou clara a porcentagem de perdas que cada

35 município tem, o que é muito importante para o plano; solicita a apresentação do balanço

hídrico e hidráulico das empresas. André Cordeiro acredita que seja uma discussão para quando apresentarem os planos e entende que a maioria ainda não está confortável para tomar uma decisão de redução de vazão, querem esperar o começo do mês de chuvas e lembra que a partir do momento em que baixar de 817,50m não tem mais volta. O Sr. Cláudio Robles crê

5 que todos têm a percepção que as providências já deveriam ter sido tomadas antes, mas nada foi feito, então já passou da hora de decidir. O Sr. Adriano José Branco coloca que está no plano de contingência da SABESP um plano de redução de perdas, que vem sendo feito permanentemente, com os índices baixando anualmente; que a proposta é que seja avaliada a redução da vazão de efluência; que cada vez que a cota da represa baixa são necessárias

10 obras gigantes para manter o abastecimento do município. André Cordeiro questiona a porcentagem de captação de Itupararanga que é necessária a Alumínio. O representante da SABESP considera que varia dependendo da época do ano, porque o outro manancial de Alumínio é muito frágil, mas nesse momento Itupararanga é responsável por ao menos 75% do abastecimento de Alumínio, sendo que em outras ocasiões isso diminui para 20 ou 30%. André

15 Cordeiro sugere que se concentrem nas ações de curto prazo nas apresentações do **Item 1**, coloca que vê como problema cada plano partir de um princípio diferente; que os mais antigos tratam da falta de abastecimento por problemas técnicos e não pela redução do manancial, alguns foram pensados para a situação atual, mas ainda falta uma definição muito clara do que fazer em cada momento que essa contingência exige; destaca que em sua opinião estão em

20 um ponto muito grave da crise, que os planos de contingência já deveria estar funcionando perfeitamente para redução do consumo, relembra que a legislação é clara sobre o abastecimento público ser prioritário em relação a outros usos, mas essa limitação depende de ação do DAEE e fiscalização; coloca que os planos de contingência são falhos na definição de metas e prazos; que é preciso uma definição clara sobre perdas, para que possa ser feita

25 comparação e discussão; que acredita que o problema persistirá mesmo com chuva; reitera que o uso da bacia em torno do reservatório deverá ser discutido, além de medidas emergenciais e de longo prazo. O Sr. Cláudio Robles acredita que deve haver uma conversa com presidência de empresas e indústrias para alerta sobre a situação, porque estão desinformados. André Cordeiro vê como uma preocupação importante, por isso os planos de contingência deveriam

30 ter preciso tudo isso, para todos poderem se organizar, como as indicações são de que a situação não melhorará, precisam pensar a médio e longo prazo. O Sr. Roberto Polga acredita que o alerta deve ser feito para a Bacia e os planos de contingência acionados de forma simultânea; coloca que se há algum tempo percebe-se vazão defluente menor do que é possível ser liberado, então haverá colapso e não se pode esperar isso ocorrer para dar

35 andamento ao plano de contingência. André Cordeiro questiona qual a situação atual de cada

município dentro do plano de contingência, quais as ações emergenciais que estão sendo tomadas e levanta a necessidade de, em um segundo momento, em conjunto com o corpo técnico das concessionárias, além do DAEE, definir padrões e indicadores iguais para a bacia toda para compensar as outorgas; esclarece que a apresentação da CETESB será após

5 discussão dos planos de contingência. O representante do SAAE de Sorocaba apresenta o plano de contingência. O representante do Conirpi alerta que no início do trabalho de redução de perdas se consegue avançar de forma célere, mas em determinado patamar cada percentual passa a ser mais difícil de atingir que o anterior, por isso é um trabalho que deve ser feito em conjunto e cada concessionária precisa saber até onde consegue avançar, já que a captação

10 de recursos também é difícil. O representante do SAAE Sorocaba complementa que percebem exatamente isso e responde que a perda total de Sorocaba é na ordem de 36%, sendo 17% perda real e cerca de 18% perda aparente. André Cordeiro pondera que a discussão sobre perdas é importante, mas é uma medida de longo prazo; deixa claro que o Comitê tem linhas de financiamento que podem auxiliar; questiona se Sorocaba já adotou alguma medida

15 emergencial e qual o critério para que seja adotada. O representante do SAAE de Sorocaba corrobora, conseguiram obter recurso via FEHIDRO para perdas e adotaram a postura de tentar obter recurso de várias fontes, colocaram o plano de contingência em operação, reduziram pressão de abastecimento noturno e em horários de menor utilização, reduzindo vazamentos não visíveis; que há intercâmbio entre os sistemas produtores, permitindo o balanceamento e

20 redução da captação em Itupararanga; coloca que caso as ações tomadas não surtam efeito e houver necessidade de redução maior, começa um cenário de restrição de abastecimento, que deve ser feito de forma conjunta entre todos os municípios., para que haja equidade na colaboração. André Cordeiro questiona se o Sr. Rodolfo Silva Oliveira Barboza acredita que o momento já chegou. O representante do SAAE acredita que é prematuro dizer que se e quando

25 chegarão na cota de 817m; que o momento em que tomarão medidas mais drásticas será quando todo o possível já for feito para evitar o racionamento e não há mais opção, todos deverão contribuir de forma igual para preservar o manancial. O Sr. Roberto Polga coloca que a regra operativa deve ser definida pelo órgão gestor, porque interfere nas outorgas de captação e lançamento, todos os segmentos devem participar pra que funcione, as consequências são

30 danosas para todos. O gestor da APA diz que não entendeu se a SABESP foi convidada para a reunião entre os prefeitos, então questiona a efetividade do documento assinado pelos prefeitos, já que a SABESP é a operadora dos municípios e não participou ou sugeriu nada. André Cordeiro esclarece que há representantes de todos, por isso o Comitê seria o fórum principal para avaliar esse tipo de atividade, mas entende que os prefeitos têm

35 responsabilidade; se preocupa com a demora nas tomadas de decisões, vê a situação como

muito crítica, acredita que a decisão de racionamento é política. A representante da SOS Itupararanga concorda, mas acredita que os principais atores não foram convidados para a reunião, que seria o Comitê de Bacias e não entende a cidade de Sorocaba impor uma condição de todos fazerem rodízio ou ninguém fazer; pede encaminhamento ao final da reunião para elaboração de súmula técnica e que seja encaminhada aos órgãos responsáveis para que os prefeitos não esperem 15 dias para tomarem as medidas. O representante do SAAE de Sorocaba esclarece que não é essa a posição da companhia, mas é uma questão de coerência, e pede para que não coloquem palavras nos dizeres do SAAE; que as decisões devem ser tomadas em conjunto e por isso os prefeitos se reuniram e que considera louvável tudo o que o Comitê já fez proativamente, mas o momento é de discutir soluções. O representante da SABESP concorda com André Cordeiro, que todos estão informados sobre o que vem acontecendo; garante que a SABESP Alumínio tem realizado ações para garantir o abastecimento, então não é verdade que estão esperando uma piora para agirem; elogia a Votorantim pelas informações divulgadas. André Cordeiro coloca que todos os planos de contingência da SABESP são muito parecidos e questiona se há possibilidade de serem feitos planos de contingência específicos para cada município; analisa que os planos de contingência da SABESP preveem falta de abastecimento por questões técnicas. O representante da SABESP vê a possibilidade de tratar internamente. André Cordeiro destaca que o plano de contingência da concessionária SANEQUA tem um indicador interessante, o volume de chuva, e prevê medidas para volumes menores do que a média; que idealiza fazer um plano só para todos, com indicadores de comum acordo, o que tem que ser negociado com prefeituras, concessionárias e todos os envolvidos. O Sr. Nilzo Renê Fumes manifesta que a relação da SABESP com a prefeitura é muito boa e que fizeram várias ações. O Sr. Júlio César Jacometto complementa que os planos são encaminhados nos modelos pedidos pela agência reguladora. André Cordeiro concorda que vão envolver as agências reguladoras em algum momento, vai pedir ajuda para melhorar os planos de contingência, pede para Águas de Votorantim apresentar o plano. O representante Águas de Votorantim, Sr. Fernando Costa e Silva, apresenta o plano. A Sra. Nayara Arantes Paques complementa com medidas que vêm tomando. O Sr. Fernando Costa e Silva destaca que a empresa aumentou a autonomia de reservação em 24 horas, conta com auxílio de caminhão pipa em caso de problemas. André Cordeiro nota que não há presença de representante da Sanequa, e que cobrará presença em próxima reunião, pede para que a Sra. Eleusa verifique o contato. A representante da CETESB, Sra. Rosângela Aparecida César, pede que aguardem para o envio do ofício porque haverá complementações que serão apresentadas em outra oportunidade. André Cordeiro propõe quatro encaminhamentos; primeiro, que já fique agendada a próxima reunião para dia 7/10, às



09h; segundo, que o Secretário Executivo, representante junto ao DAEE, para marcar reunião com a superintendência do DAEE e SOS Ituparanga para discutir a regra operacional para a Bacia; terceiro, que seja marcada reunião com todas as concessionárias, que devem indicar técnicos para discutirem os indicadores para o plano de contingenciamento e iniciarem o processo; quarto, fazer um material com todas as informações para encaminhar para os 5 prefeitos da Bacia para sensibilizá-los sobre a situação atual. O Sr. Gomes concorda e enfatiza que é importante mencionar que a cota será alcançada em 15 dias para que tomem atitudes rapidamente. André Cordeiro pondera que façam breve introdução e destaques para facilitar a leitura, que seja algo que possam consultar e entender rapidamente; informa que a reunião do 10 dia 07/10 continuará a discussão com resposta da CETESB; pergunta se há concordância no encaminhamento, não há manifestação contrária; sugere que haja reunião mais técnica envolvendo concessionárias, pois desse grupo menor será encaminhado para o grupo maior, para conhecimento de todos, pergunta se há concordância, ninguém se manifesta contrário. Em seguida fala sobre o kit que será enviado a todos do Comitê e aos prefeitos, Câmaras e 15 CONDEMA. A representante da OAB Votorantim informa que a Saneaqua não participou porque estão fazendo testes na ETE. O André Cordeiro afirma que o plano de contingência da Saneaqua está muito bem feito, com indicadores claros, mas é importante que apresentem para conhecimento das concessionárias; convida a todos a assistirem à apresentação do Comitê no ENCOB. **Encerramento** - Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente encerrou a reunião 20 agradecendo a presença de todos.